

Vereadores consideram o PDU constitucional

O Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU) teve sua constitucionalidade aprovada ontem, em sessão extraordinária, por 13 dos 19 vereadores da capital, concluindo-se, assim, a primeira fase de discussão da matéria. Amanhã, às 16 e 19 horas, haverá duas novas sessões, desta vez para que seja votado o mérito do projeto, que estabeleça o reordenamento urbano do município. O presidente da Câmara, Arnaldo Pinto da Vitória, acredita que, no máximo na terça-feira a segunda fase do processo de debates esteja concluída. Mas há vereadores, como Gibson Muniz (PMDB) e Ary Bezerra (PDS), que entendem que a aprovação do plano só deva ocorrer em janeiro do ano que vem.

Isso porque o prefeito Berredo de Menezes convocou extraordinariamente a Câmara, a partir da próxima terça-feira, para discutir, prioritariamente, o Novo Código Tributário da capital, a ser adotado conjuntamente pelas prefeituras de Serra, Cariacica e Viana e que possui 106 artigos. Essa matéria tem caráter prioritário, uma vez que, se até o dia 30 o código não for aprovado, fatalmente, não poderá ser aplicado no exercício de 84.

PROCESSO

A segunda fase do processo e discussão do PDU, por sua vez, também vai requerer um tempo bastante dilatado dos vereadores. É justamente nesta fase que os 302 artigos do plano serão avaliados, um a um, quanto ao mérito. Arnaldo Pinto assegurou que aproximadamente 10 emendas deverão ser propostas, três delas do vereador Elcio Teixeira, líder da bancada do PMDB. Em linhas gerais, elas tratam da inclusão de um representante da Ufes no Conselho Comunitário, do não tombamento de imóveis particulares, e também uma outra que reforça a autonomia do legislativo, prevendo que ele seja ouvido no que se refere à análise de qualquer matéria proposta até mesmo pelo próprio conselho.

O conselho, aliás, é um dos pontos de controvérsia na discussão do PDU. Formado de 21 representantes (entre eles, sete da PMV, dois da comunidade, além de representações do IAB, IJSN, Cesan, Telest, etc) esse órgão, no entender dos vereadores, da maneira como está previsto no plano significa um poder paralelo à Câmara, porque suas decisões, homologadas pelo prefeito, passam a vigorar. Os vereadores propõem uma mudança: querem ter o poder de decisão, aprovando ou não o que o conselho sugerir em termos de modificação na cidade.

Amanhã o vereador Estanislau Stein também fará indagações sobre o órgão, em relação a participação de representantes de empresas que não possuem vinculação ao poder municipal. "O prefeito não terá como cobrar,

exigir a participação desses membros, cujos órgãos não estão sujeitos às determinações da PMV. Por isso mesmo, proponho uma mudança na redação do artigo: em vez de compõem o conselho (...)" a redação deverá ser "autoriza-se a participação dos órgãos (Escelsa, Cesan, etc), com direito a voz e voto no conselho".

PRÉDIOS

Outro assunto polêmico é o que diz respeito ao modelo de assentamento do bairro Jardim da Penha. Ali o PDU prevê prédios de 12 andares. A população, por sua vez, quer a obrigatoriedade da construção de garagens, 15% dessa área destinadas a lazer e a manutenção dos atuais quatro andares — com os edifícios construídos sob pilotis.

Essa emenda deverá ser defendida pelo vereador Stan Stein, mas a modificação, de acordo com o líder da bancada do PDS, Edilson Lucas do Amaral, é consenso entre todos os vereadores. "Ninguém concorda com os 12 andares no bairro", frisou. Ontem, à exceção dos vereadores Etta de Assis e Ruy Crespo (ambos do PMDB), que querem discutir mais detidamente essa questão, todos os demais vereadores já haviam assinado um documento em favor da emenda, proposta pelos moradores de Jardim da Penha — sob orientação do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Edilson Lucas também é favorável ao não tombamento dos imóveis particulares, porque não vê razão no tombamento de todos os imóveis antigos da cidade. "Não podem confundir coisa velha com patrimônio histórico", ironiza ele. Na sua opinião, só devem ser incluídos os prédios pertencentes aos poderes públicos municipal, estadual e federal — no que também concordam os vereadores Gibson Muniz (PMDB) e Ary Bezerra. O pedessista, por sua vez, promete, durante a discussão do mérito, aprofundar-se no assunto da cota 50. "Os moradores dos morros estão preocupados, temendo que, após a aprovação do plano, eles não possam substituir suas casas de madeira por construções de alvenaria", argumenta.

A constitucionalidade do PDU foi aprovada por volta das 11h30m de ontem, após pronunciamentos dos líderes das bancadas do PDS e PMDB, Edilson Lucas e Elcio Teixeira. A sessão foi presidida por Stan Stein e os vereadores, de pé, aplaudiram a aprovação. Faltaram à sessão — os trabalhos começaram às 9 horas, com a apreciação e aprovação de vários projetos, incluindo nomes de ruas e o prêmio Vitória de Comunicação Social, encerrando as atividades do legislativo municipal durante este ano — os vereadores Claudionor Lopes Pereira, José Gutierrez, e José Esmeraldo (do PDS) e os peemedebistas Edson Batista e Máximo Varejão.